

ESTUDO

008/2023

Índice Multidimensional de Carência das Famílias - Dezembro/2022

Governo do Estado de Goiás

Ronaldo Ramos Caiado

Secretaria-Geral de Governo

Adriano da Rocha Lima

Diretoria-Executiva

Erik Alencar de Figueiredo

Assessoria-Executiva

Alex Felipe Rodrigues Lima

Superintendência de Estudos Sociais e Ambientais

Evelyn de Castro Cruvinel

Colaboradores

Evelyn de Castro Cruvinel

Murilo Rosa Macêdo

Jalda Claudino

Capa: Ricceli Alencar Cardoso

Revisão: Ana Luíza de Souza Pereira Carvalho e Kimberly Magalhães Moreira

FICHA CATALOGRÁFICA

Todos os direitos deste trabalho reservados ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica), Setor Central (Antiga Chefatura de Polícia), Goiânia – GO.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

E-mail: imb@goias.gov.br

As publicações do IMB estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF.

Acesse: www.imb.go.gov.br

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CRUVINEL, E.C.; MACÊDO, M. R.CLAUDINO, J.

Índice Multidimensional de Carência das Famílias – dezembro/2022. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2023.

Índices para catálogo sistemático:

1. IMCF.
2. Pobreza.
3. CadÚnico.

Índice Multidimensional de Carência das Famílias – Dezembro/2022

1. INTRODUÇÃO

O Índice Multidimensional de Carência das Famílias (IMCF) surgiu no âmbito do Gabinete de Políticas Sociais (GPS), estrutura criada conforme o Decreto Nº 9.456, de 25 de junho de 2019, coordenado pela Primeira-Dama Gracinha Caiado. Nesse sentido, o IMCF é uma medida síntese que busca facilitar a identificação, a nível municipal, da ausência ou insuficiência de recursos e condições desejáveis para que as famílias percebam níveis de bem-estar satisfatórios.

Mais especificamente, o IMCF tem como inspiração o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentado no “Relatório Final da Comissão de Estados da Legislação Social Brasileira”, proposto por Alkire (2009¹) e Foster (2011²) e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de parceria com a Universidade de Oxford.

Os indicadores sintéticos fazem parte de um esforço das ciências humanas e sociais de apreender uma determinada realidade social de forma mensurável com o intuito de estabelecer diagnósticos que facilitem a construção de intervenções que busquem o desenvolvimento social. Os indicadores sociais começam a ganhar força a partir dos anos 1950 com os indicadores de primeira geração, nos quais se destacam o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita.

As grandes vantagens desses indicadores são que eles partem de dados disponíveis na grande maioria dos países de modo a permitir uma comparabilidade³ entre territórios e épocas, além de serem de fácil compreensão para o público em geral. Embora tais indicadores ainda sejam de grande importância, esses sofreram muitas críticas por focarem apenas na dimensão econômica do desenvolvimento. Dessa forma, após muitos estudos, surgiram os indicadores de segunda geração, dos quais se destaca o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A partir dos anos 1960, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNRISD) passa a realizar uma série de estudos para a construção de indicadores quantitativos que

¹ ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and multidimensional poverty measurement**. Oxford: Univ. Oxford, OPHI, 2009. 44 p. (OPHI Working Paper; n. 32). Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>

² ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement**. Oxford: Univ. Oxford, OPHI, 2011. (OPHI Working Paper n. 43). Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp43.pdf>

³ A comparabilidade é uma virtude, mas também esconde um aspecto político dos indicadores sociais. Mosaner & Dowbor (2014) demonstram como os indicadores não são apenas instrumentos técnicos e neutros, mas são frutos de disputas teóricas e políticas na medida que são fundamentais para a consolidação de agendas públicas sujeitas a interesses de determinados grupos ou países.

melhor medissem os principais aspectos necessários ao desenvolvimento, para além da dimensão econômica. E, é a partir dos conceitos de capacidades e titularidades do economista Amartya Sen que Mahbub ul Haq, também economista, lidera a construção do IDH junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH, como característica dos indicadores de segunda geração, é um indicador composto por mais de uma dimensão, apresentando três dessas: PIB per capita, longevidade e escolaridade. Dessa forma, para além da renda, a saúde e a educação são consideradas como fundamentais para o desenvolvimento humano.

O IDH logo ganhou muita popularidade, tanto entre os estudiosos quanto entre o público em geral, por manter as características de comparabilidade e fácil compreensão ao mesmo tempo que reconhece que saúde e educação também são componentes essenciais ao desenvolvimento humano.

O sucesso do IDH fomentou ainda mais os estudos e construções de indicadores sintéticos. Junto a esses estudos e novas concepções sobre políticas públicas surgem, nos anos 2000, o que se considerou chamar de indicadores de terceira geração. Esses índices aparecem conscientes das limitações dos indicadores sociais sintéticos (bons instrumentos para guiar a atuação pública, mas não apreendem toda a complexidade social) e possuem características como a busca pela transparência governamental; guiam programas públicos com finalidades específicas; apresentam maior foco da territorialização; utilizam-se de registros administrativos periódicos; captam mudanças nas condições de vida em períodos mais curtos; entre outros.

Nesse contexto da terceira geração dos indicadores sociais, o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) efetua o cálculo do IMCF para os 246 municípios goianos e, após o lançamento do estudo inicial sobre o IMCF, com dados referentes a dez/2018⁴, ficou encarregado de acompanhar semestralmente o comportamento do referido índice. Nesse sentido, foi publicado no site do IMB o monitoramento referente a jun/2019, dez/2019, jun/2020, dez/2020, jun/2021, dez/2021 e jun/2022. Portanto, o principal objetivo deste informe técnico é apresentar os principais resultados do monitoramento do IMCF com dados referentes a dez/2022.

⁴ Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/%C3%8Dndice-Multidimensional-da-Car%C3%Aancia-das-Fam%C3%ADlias.pdf>

2. MONITORAMENTO DO IMCF – REFERÊNCIA: DEZEMBRO/2022

O Índice Multidimensional de Carência das Famílias (IMCF) foi construído utilizando três dimensões: educação, habitação e renda. Na composição do índice, cada dimensão representa três pontos, distribuídos entre seus indicadores, totalizando nove pontos (ver Quadro 1). Dessa forma, o IMCF assume valores de zero a um, sendo que “1” representa o domicílio com carência máxima e zero a ausência de carência. Vale ressaltar que, para o cálculo do IMCF, não foram levadas em consideração as chamadas “dimensões faltantes”, pois é necessário que seja realizada uma busca ativa dos agentes municipais nas famílias cadastradas. Assim, seria preciso procurar por cada família, para que as pessoas informem suas necessidades e privações relacionadas a essa dimensão⁵. Para maiores detalhes sobre a metodologia deve-se consultar publicação inicial⁶.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e pesos

Dimensão	Indicadores	Descrição	Peso
Moradia	Espécie do domicílio	Improvizado	0,50
	Coabitação (domicílio coletivo)	Coletivo	0,50
	Água canalizada	Sem	0,50
	Existência de sanitário	Sem	0,50
	Energia elétrica	Sem	0,50
	Revestimento do piso	Terra	0,25
	Destino do lixo	Sem	0,25
Educação	Analfabetismo	Sim, e se Idade > 18 anos	1,00
	Frequenta escola	Não, e se Idade entre 7 e 17	2,00
Renda	Renda informal	Não formal	1,50
	PAB	Sim	1,50

Fonte: IPM / PNUD / Sistema ONU.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

O público-alvo desse estudo são as pessoas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), de modo que o IMCF é calculado para cada domicílio com pessoas cadastradas, utilizando os indicadores e seus respectivos pesos, conforme foram descritos no Quadro 1. Na figura 1 estão os quantitativos de pessoas e domicílios cadastrados no CadÚnico em Goiás e que se habilitaram a ser considerados para inclusão no IMCF. Em dezembro de 2022 havia 1.179.389 domicílios e 2.479.578 famílias inclusas para o cálculo do IMCF.

⁵ Os componentes da dimensão faltante são: 1. Conexão social, 2. Solidão, 3. Violência, 4. Empoderamento, 5. Presidiário na família, 6. Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, 7. Falta de qualificação profissional, 8. Trabalho insalubre, 9. Dependência química, 10. Qualidade no trabalho, 11. Segurança física, 12. Bem-estar psicológico.

⁶ <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/%C3%8Dndice-Multidimensional-da-Car%C3%Aancia-das-Fam%C3%ADlias1.pdf>

Figura 1 – Público-Alvo – Goiás – dez/18 a dez/22

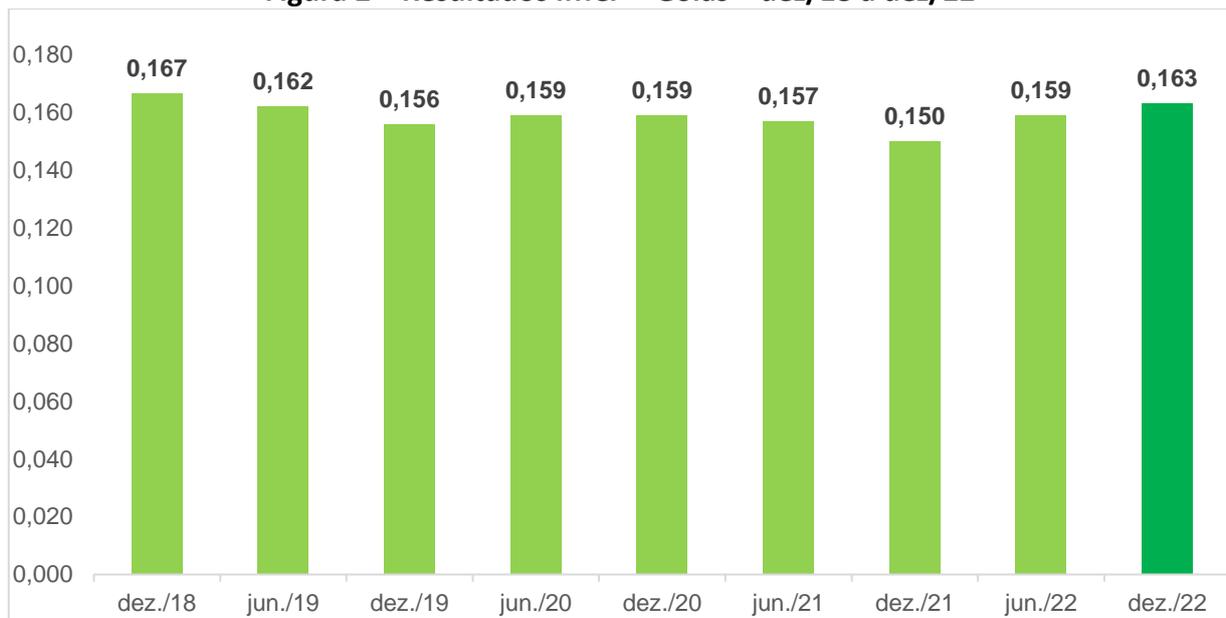


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

A figura 2 exibe os resultados do IMCF para todo o Estado de Goiás entre dezembro de 2018 e dezembro de 2022. Os dados revelam que o IMCF, embora não apresente grande variação, demonstra uma tendência de queda até dezembro de 2021, mês em que o índice atingiu seu menor nível no período (0,150). No entanto, o índice volta a subir e atinge o valor de 0,163 em dezembro de 2022, o segundo maior valor da série histórica.

Figura 2 – Resultados IMCF – Goiás – dez/18 a dez/22

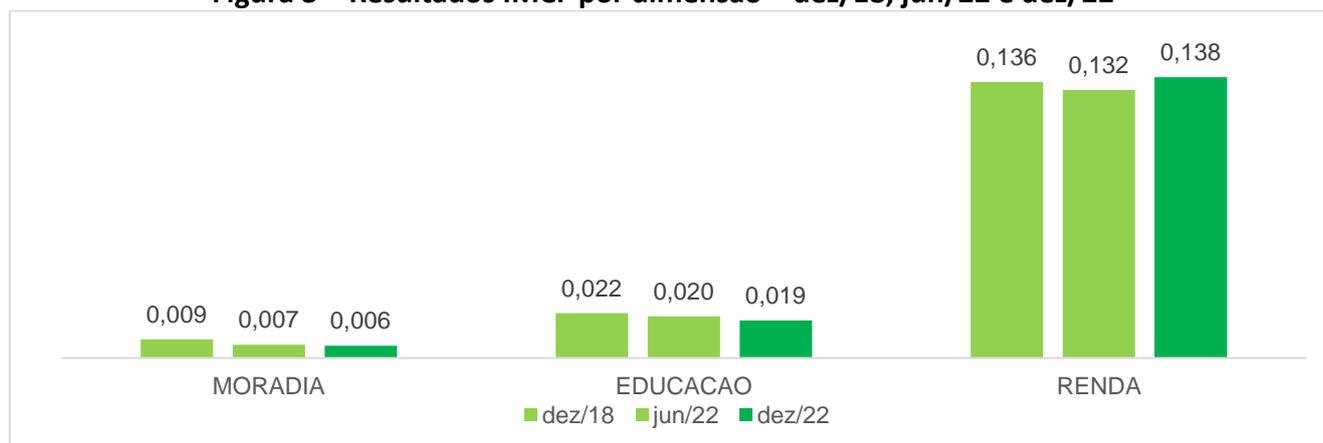


Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Na figura 3 estão os valores do IMCF por dimensão com abrangência territorial para todo o Estado de Goiás para os períodos de dezembro de 2018, junho de 2022 e dezembro de 2022. Os valores demonstram que as dimensões Moradia e Educação são as que apresentam as menores carências para as famílias goianas e exibem viés de baixa, inclusive no último período. Já a dimensão Renda é a que apresenta a maior carência das famílias goianas com valor de 0,138 em dezembro de 2022. Esse valor apresentou alta com relação ao período imediatamente anterior (junho de 2022).

Figura 3 – Resultados IMCF por dimensão – dez/18, jun/22 e dez/22



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

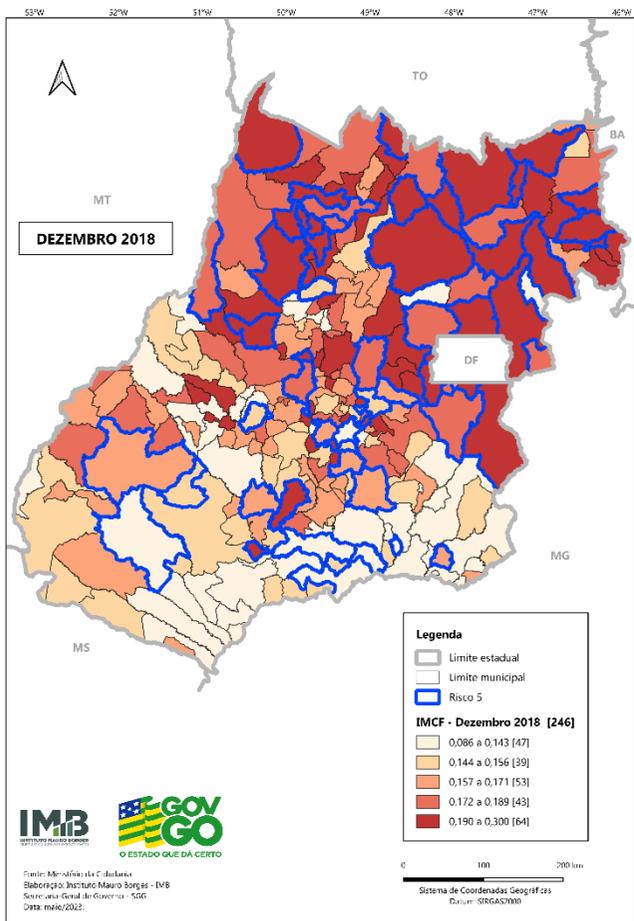
Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Os mapas 1, 2 e 3 a seguir atestam os valores do IMCF para todos os municípios goianos para os períodos de dezembro de 2018, junho de 2022 e dezembro de 2022. Os mapas mostram, através da intensidade das cores, os municípios do estado agrupados em cinco conjuntos de acordo com o IMCF obtido.

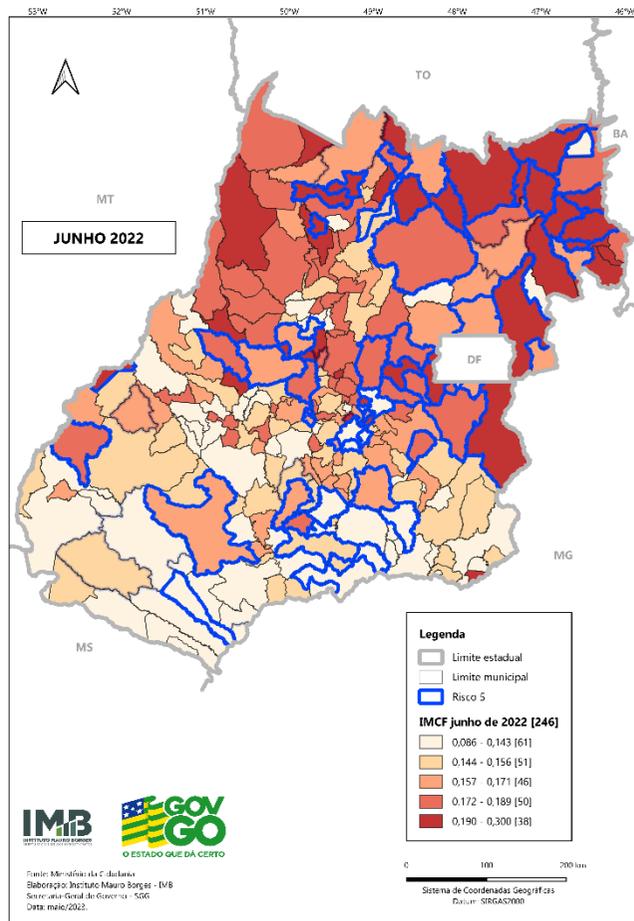
A análise dos mapas revela que os valores do IMCF caíram bastante entre 2018 e 2022. No grupo de maior IMCF, com valores entre 0,190 e 0,300, composto pelos municípios com maiores carências verificadas, houve uma queda de 64 municípios em dezembro de 2018 para 45 em dezembro de 2022. Importante notar que em junho de 2022 esse mesmo grupo era composto por apenas 38 municípios, o que evidencia que houve ligeiro aumento no último período.

Por outro lado, o grupo dos municípios com menor carência verificada (IMCF entre 0,086 e 0,143) exibiu um aumento no número de municípios ao sair de 47 em dezembro de 2018 para 53 no mesmo mês de 2022. Uma vez mais, os valores em junho de 2022 estavam ainda melhores quando o grupo era composto por 61 municípios.

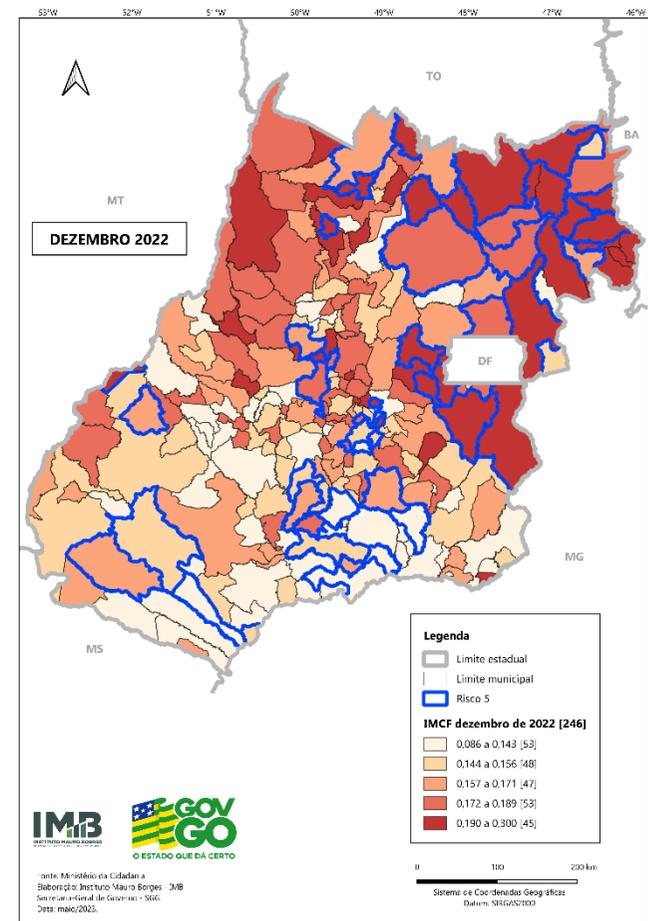
Mapa 1 – Espacialização ICMF–dez-2018



Mapa 2 – Espacialização ICMF–jun-2022



Mapa 3 – Espacialização ICMF–dez-2022



A tabela 1 expõe os 10 municípios prioritários⁷ com referência nos dados de dezembro de 2022. Também, foram incluídos nove municípios que já fizeram parte dos municípios prioritários em algum momento da série histórica do índice. Nota-se que o município de Cavalcante, localizado no norte de Goiás, permanece a posição 1 do IMCF, porém vale ressaltar que houve certa evolução no período, uma vez que em cinco anos o valor passou de 0,300 para 0,261.

Alguns municípios que nesse último dado aparecem entre os prioritários estavam em uma situação bastante diferente na primeira publicação do IMCF. O município de Guaraíta, em dezembro de 2018, apresentava um valor de 0,200 no IMCF e ocupava a posição número 40. No entanto, o índice subiu a 0,228, no intervalo em análise, e colocou Guaraíta na 5ª posição, entrando, assim, no grupo dos prioritários. Situação que chama ainda mais a atenção é a de Novo Brasil, que apresentava índice de 0,146 e posição 193, mas que agora está com índice de 0,219, alocando-se na 9ª posição. Essa análise é importante para perceber a direção para a qual o município está caminhando e permitir que a ação governamental possa contribuir para a inversão do ciclo de aumento no IMCF.

Tabela 1 – Resultado do IMCF – Goiás e municípios prioritários – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	IMCF (dez/18)	IMCF (jun/22)	IMCF (dez/22)	Ranking (dez/18)	Ranking (jun/22)	Ranking (dez/22)	Diferença (dez/22-dez/18)
Estado de Goiás	0,167	0,159	0,163	-	-	-	-0,004
Cavalcante	0,300	0,262	0,261	1	1	1	-0,039
Colinas do Sul	0,268	0,242	0,246	2	3	2	-0,021
Monte Alegre de Goiás	0,254	0,247	0,245	5	2	3	-0,009
Posse	0,220	0,236	0,234	19	4	4	0,013
Guaraíta	0,200	0,221	0,228	40	7	5	0,028
Montividiu do Norte	0,243	0,221	0,228	6	8	6	-0,015
Buritinópolis	0,208	0,222	0,223	27	5	7	0,015
Simolândia	0,205	0,218	0,219	33	9	8	0,014
Novo Brasil	0,146	0,201	0,219	193	22	9	0,073
Iaciara	0,222	0,213	0,219	16	11	10	-0,003
Teresina de Goiás	0,259	0,221	0,218	4	6	11	-0,041
Damianópolis	0,222	0,216	0,216	15	10	12	-0,006
Santa Terezinha de Goiás	0,235	0,208	0,215	7	16	13	-0,019
Matrinchã	0,230	0,210	0,208	10	14	15	-0,021
Flores de Goiás	0,222	0,209	0,203	17	15	24	-0,019
Amaralina	0,259	0,208	0,198	3	17	31	-0,061
Campinaçu	0,233	0,203	0,195	8	20	36	-0,037
Campo Limpo de Goiás	0,216	0,200	0,194	22	23	39	-0,022
Heitorai	0,230	0,194	0,190	9	32	44	-0,040

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

⁷ Municípios prioritários são os 10 municípios com maiores valores de IMCF para o período analisado.

A análise da trajetória do índice nos municípios prioritários é de suma importância para a ação assertiva das políticas públicas. Assim sendo, a tabela 2 demonstra a evolução do IMCF para os municípios prioritários e os mesmos outros nove que já foram prioritários. Percebe-se que dentre os nove que já não estão entre os 10 maiores IMCF, todos apresentaram melhora em relação a dez/18. Quando a análise é feita pela posição no ranking, apenas Damianópolis revelou piora, ou seja, ainda que houve melhora no índice, o desempenho não foi suficiente para observar uma melhora na posição do *ranking*.

Já entre os municípios que hoje evidenciam os 10 maiores IMCF, cinco apresentaram melhora e cinco piora nos valores do índice. Quando a análise é feita pela posição no *ranking*, sete mostraram piora e três ficaram estáveis.

Tabela 2 – Comparação dos Resultado do IMCF – Goiás e municípios prioritários – dez/18, jun/22 e dez/22.

Municípios/Estado	IMCF		Ranking	
	Diferença (dez/18-dez/22)	Diferença (jun/22-dez/22)	Diferença (dez/18-dez/22)	Diferença (jun/22-dez/22)
Estado de Goiás				
Cavalcante				
Colinas do Sul				
Monte Alegre de Goiás				
Posse				
Guaraíta				
Montividiu do Norte				
Buritinópolis				
Simolândia				
Novo Brasil				
Iaciara				
Teresina de Goiás				
Damianópolis				
Santa Terezinha de Goiás				
Matrinchã				
Flores de Goiás				
Amaralina				
Campinaçu				
Campo Limpo de Goiás				
Heitorai				
Legenda	Melhora	Estabilidade	Piora	

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Nas seções abaixo realiza-se, para os 10 municípios prioritários, uma breve análise das três dimensões que compõem o IMCF: Moradia, Educação e Renda. A análise proporciona o número absoluto de domicílios em cada componente do IMCF nos períodos de dezembro de 2018, junho de 2022 e dezembro de 2022, de modo a permitir a comparação entre os diferentes períodos. Para facilitar a comparação há uma tabela, para cada dimensão, em que se mostra se houve evolução, piora ou estabilidade em cada um dos componentes em relação aos valores percentuais (número de domicílios afetados/ total de domicílios).

Dimensão Moradia

A dimensão Moradia é a que engloba o maior número de indicadores (sete). Ela é de máxima importância uma vez que representa a dimensão concreta em que as famílias vivem, referentes às condições de bem-estar, ao contrário das outras duas dimensões que estão ligadas às capacidades das pessoas em sua busca pelo bem-estar. Enfatiza-se que não há hierarquia entre as dimensões (fato que é materializado no índice na medida em que todas as dimensões possuem pesos iguais no cálculo final do IMCF), apenas uma diferença qualitativa do que representa essa dimensão em relação à educação (característica individual que, em tese, permite maior acesso a bens e serviços) e à renda (meio de troca que permite acesso a bens e serviços mas que determinado valor nominal é relativo a depender da situação de vida de cada pessoa ou família).

Com relação à quantidade de domicílios improvisados, o estado de Goiás apresentou melhora ao reduzir em quase 6.000 o número de domicílios improvisados, no período de dez/18 a dez/22. Em cerca de 2.500 sem água canalizada, redução de 900 os que não possuíam sanitário e em cerca de 3.500 os domicílios sem revestimento de piso. Os indicadores que apresentaram agravamento das condições de moradia para o Estado como um todo foram a coabitação, que manifestou um aumento de mais de 4.000 domicílios, os sem energia elétrica que aumentaram quase 2.000 domicílios e os sem destino do lixo, com aumento significativo de mais de 9.000 domicílios. É importante ressaltar, que percentualmente, apenas o indicador de coabitação não apresentou melhora na comparação de dez/18 e dez/22.

Dentre os municípios prioritários, em análise percentual, nota-se que cinco deles apresentaram piora, um exibiu estabilidade e quatro revelaram melhora, com relação aos domicílios improvisados entre 2018 e 2022. A coabitação, em linha com os dados para todo o Estado, foi o

indicador que menos apresentou melhora, observa-se apenas um município no período analisado, que foi Posse. Por outro lado, o município de Posse foi o único que apresentou aumento percentual de domicílios sem energia elétrica. Chama a atenção positivamente, entre 2018 e 2022, o fato de que todos os municípios prioritários atestaram melhora nos percentuais de domicílios sem água encanada, com inexistência de sanitários, sem revestimento de piso e sem destino de lixo.

Tabela 3 – Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Moradia – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Domicílio improvisado			Coabitação (domicílio coletivo)			Sem água canalizada			Inexistência de sanitário			Sem energia elétrica			Sem revestimento do piso			Sem destino do lixo		
	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22
Estado de Goiás	38.218	32.116	32.858	5.613	9.070	9.986	25.854	22.014	23.351	9.557	8.453	8.653	13.780	14.020	15.629	13.678	10.094	10.175	57.043	61.681	66.237
Buritópolis	41	47	61	0	0	0	26	19	19	45	36	38	5	2	2	7	6	7	252	280	313
Cavalcante	1	10	4	0	0	0	728	680	698	754	874	901	839	677	675	733	824	867	976	1.199	1.260
Colinas do Sul	0	0	0	0	0	0	167	145	158	152	138	144	144	137	149	168	145	155	295	327	358
Guaraíta	165	237	247	0	0	0	12	10	7	13	10	7	4	1	0	20	12	12	174	138	127
Iaciara	12	9	10	0	0	0	141	142	137	77	57	60	129	106	108	84	72	68	423	456	480
Monte Alegre de Goiás	54	18	22	1	9	10	376	352	362	481	464	486	337	254	250	498	461	480	787	802	829
Montividiu do Norte	274	309	310	0	0	0	136	93	83	97	59	53	67	31	25	37	23	20	666	629	600
Novo Brasil	0	1	1	0	0	0	29	16	17	1	1	1	6	6	5	142	117	112	281	196	191
Posse	3	5	3	41	36	34	469	425	415	455	394	369	615	782	986	87	65	62	1.337	1.554	1.588
Simolândia	10	5	4	0	0	0	232	212	202	174	161	155	98	82	77	168	169	151	375	379	384

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Tabela 4 – Comparação percentual de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Moradia – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Domicílio improvisado		Coabitação (domicílio coletivo)		Sem água canalizada		Inexistência de sanitário		Sem energia elétrica		Sem revestimento do piso		Sem destino do lixo	
	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022
Estado de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Buritópolis	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Cavalcante	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Colinas do Sul	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Guaraíta	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Iaciara	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Monte Alegre de Goiás	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Montividiu do Norte	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Novo Brasil	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Posse	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Simolândia	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Dimensão Educação

A dimensão Educação é extremamente importante para a análise das condições de vida das pessoas e de uma sociedade, tanto é assim que a educação também é uma das dimensões do mais utilizado índice social do mundo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nas tabelas a seguir estão o número absoluto de domicílios com pessoas analfabetas e que não frequentam a escola para o Estado de Goiás e os municípios prioritários (tabela 5) e a comparação percentual dessas características entre os períodos analisados (tabela 6).

Com relação aos números absolutos, nota-se que houve aumento no Estado. Em relação aos municípios prioritários, nota-se que os municípios de Buritinópolis, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Montividiu do Norte e Novo Brasil apresentaram diminuição na quantidade de domicílios com crianças que não frequentam a escola. Pelo lado do analfabetismo na família, os municípios de Buritinópolis, Cavalcante, Guaraíta, Monte Alegre de Goiás e Montividiu do Norte que atestaram diminuição no número de adultos analfabetas na família.

A análise percentual dos números aponta para uma diminuição no número de pessoas na família que não frequentam a escola e que são analfabetas, ao contrário dos números absolutos. O Estado, como um todo, melhorou nos dois indicadores. As poucas exceções, dentre os municípios prioritários foram Guaraíta, Simolândia e Novo Brasil que manifestaram uma proporção maior de pessoas que não frequentam a escola entre 2018 e 2022. Com relação ao analfabetismo, apenas Simolândia exibiu aumento da proporção de pessoas que não sabem ler ou escrever nesse período.

Tabela 5 - Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Educação – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Não frequenta a escola			Analfabetismo família		
	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22
Estado de Goiás	20.073	25.891	26.567	114.193	137.628	143.635
Buritinópolis	14	14	10	211	199	207
Cavalcante	50	30	39	648	632	646
Colinas do Sul	21	30	27	136	146	159
Guaraíta	14	38	37	120	88	64
Iaciara	54	52	61	491	519	500
Monte Alegre de Goiás	42	39	36	446	411	410
Montividiu do Norte	26	30	24	197	150	132
Novo Brasil	281	65	68	11	92	80
Posse	82	113	104	1.014	1.214	1.245
Simolândia	24	37	38	381	501	488

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Tabela 6 – Comparação percentual de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Educação – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Não frequenta a escola		Analfabetismo	
	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022
Estado de Goiás	●	●	●	●
Buritinópolis	●	●	●	●
Cavalcante	●	●	●	●
Colinas do Sul	●	●	●	●
Guaraíta	●	●	●	●
Iaciara	●	●	●	●
Monte Alegre de Goiás	●	●	●	●
Montividiu do Norte	●	●	●	●
Novo Brasil	●	●	●	●
Posse	●	●	●	●
Simolândia	●	●	●	●

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Dimensão Renda

A dimensão Renda é, também, de suprema importância na análise das carências das famílias goianas. Na avaliação absoluta, nota-se um aumento expressivo em termos das famílias que dependem do mercado informal para obterem sua renda. O mesmo acontece com o Programa Auxílio Brasil (PAB)⁸. Em dezembro de 2018, 295.703 famílias inseridas no Cadastro Único recebiam PAB, número que passou a 490.191 famílias em dezembro de 2022.

A análise em termos percentuais altera levemente o cenário. Com relação a todo o Estado de Goiás houve uma diminuição percentual de famílias que dependiam da renda informal entre 2018 e 2022. No entanto, em junho de 2022 e dezembro de 2022 existe aumento em termos proporcionais. O número de famílias que recebiam o PAB aumentou em termos percentuais nos dois períodos de comparação feitos pelo estudo. Importante ressaltar que o aumento do número de famílias beneficiadas por programas

⁸ O presente estudo optou por manter a nomenclatura Programa Auxílio Brasil (PAB) pois os dados de referência são de dezembro de 2022, período em que o principal programa de transferência de renda do Governo Federal tinha esse nome. Importante ressaltar que em dezembro de 2018, primeiro período do IMCF o programa chamava-se Programa Bolsa Família (PBF). A partir de janeiro de 2023 ele voltou a se chamar Programa Bolsa Família.

de transferência de renda nem sempre revela um dado negativo. Isso pode ocorrer tanto pela queda da renda das famílias que se veem necessitando do auxílio governamental (o que de fato seria negativo), mas também pode ser fruto de uma maior eficiência governamental em fazer chegar o auxílio às famílias que dele necessitam, o que seria positivo.

Tabela 7 – Número de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Renda – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Renda informal			PAB		
	dez/18	jun/22	dez/22	dez/18	jun/22	dez/22
Estado de Goiás	333.434	420.435	489.094	295.703	401.545	490.191
Buritinópolis	319	477	526	401	522	590
Cavalcante	1.136	1.522	1.645	726	1.277	1.355
Colinas do Sul	494	654	695	455	478	536
Guaraíta	421	445	430	256	296	294
Iaciara	1.556	1.804	2.033	1.656	1.921	2.120
Monte Alegre de Goiás	979	985	1.022	1.107	1.208	1.270
Montividiu do Norte	826	776	797	797	760	798
Novo Brasil	257	432	528	234	342	441
Posse	2.281	3.154	3.632	2.827	3.759	4.166
Simolândia	604	816	837	944	1.161	1.280

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Tabela 8 – Comparação percentual de domicílios no Cadastro Único com privações por indicador da dimensão Renda – dez/18, jun/22 e dez/22

Municípios/Estado	Renda informal		PAB	
	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022	Dez./2018- Dez./2022	Jun./2022- Dez./2022
Estado de Goiás				
Buritinópolis				
Cavalcante				
Colinas do Sul				
Guaraíta				
Iaciara				
Monte Alegre de Goiás				
Montividiu do Norte				
Novo Brasil				
Posse				
Simolândia				

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

Adicionalmente, foram sistematizados, por meio do IMCF, cinco níveis de risco social familiar, conforme o Quadro 3. Isso deu a partir do interesse de garantir a transparência da informação e facilitar o planejamento de políticas públicas voltadas a tais famílias. Dessa maneira, para cada domicílio goiano cadastrado no CadÚnico, em dezembro/2018, foi atribuído um risco social e com novos cálculos para o índice, sendo que essa classificação foi realizada novamente.

Destaca-se que o domicílio em risco 0 representa um domicílio sem risco. Ou seja, não apresenta nenhuma das privações analisadas no IMCF. Enquanto o domicílio em risco 5 apresenta complexa vulnerabilidade social e possui privações em todas as dimensões apresentadas.

Quadro 3 - Risco social familiar de acordo com o IMCF

Risco	Descrição	Intervalo
Risco 0	Domicílio sem risco	[0; 0,01)
Risco 1	Pequena Vulnerabilidade Social	[0,01; 0,1)
Risco 2	Baixa Vulnerabilidade Social	[0,1; 0,3)
Risco 3	Média Vulnerabilidade Social	[0,3; 0,5)
Risco 4	Alta Vulnerabilidade Social	[0,5; 0,7)
Risco 5	Complexa Vulnerabilidade Social	[0,7; 1)

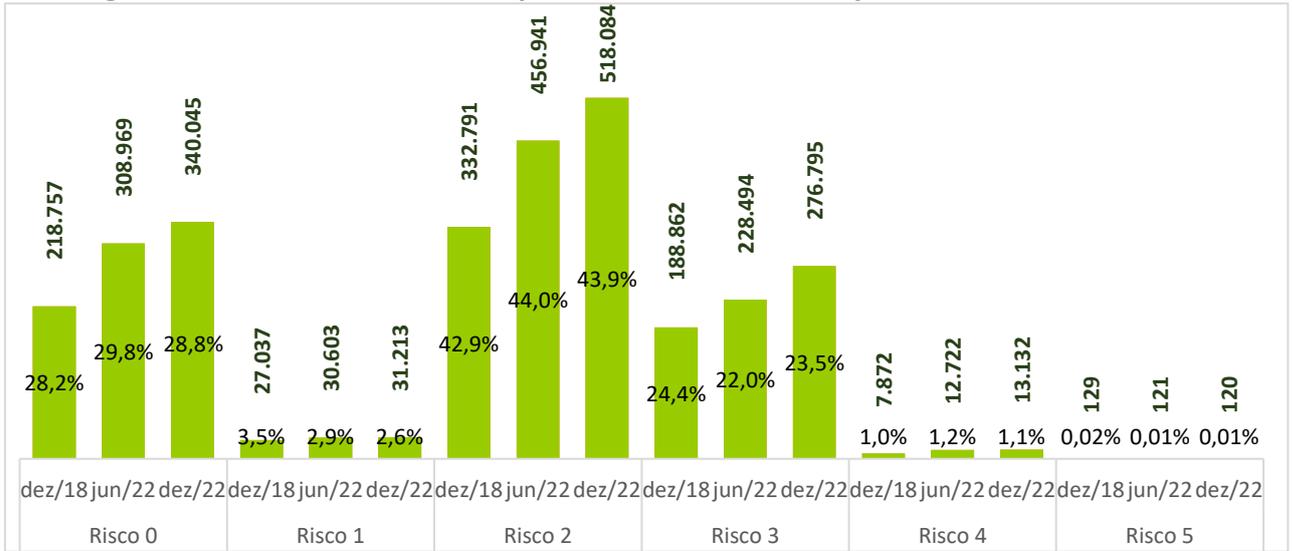
Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

A Figura 4 apresenta o número de domicílios por risco social para os três períodos analisados, bem como o percentual de domicílios em cada nível de risco. O ideal é observar a redução do número dos domicílios nos riscos superiores e o aumento nos riscos inferiores, ou seja, redução dos domicílios em riscos mais vulneráveis. Em termo absolutos, observa-se um aumento gradativo no número de domicílios em todas as faixas de risco, com crescimento mais acentuado nos níveis 0 e 2, que é um resultado positivo.

Em termo percentuais, na comparado de 2018 e 2022, os resultados positivos foram: o aumento nas faixas de risco 0 e 2; queda na faixa de risco 5.

Figura 4 – Número de domicílios por risco social – dez/18, jun/22 e dez/22



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: IMB/GPS/SGG.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) construiu o IMCF para facilitar o trabalho do poder público no seu intuito de identificar as necessidades das famílias goianas e elaborar programas e políticas públicas que visem ao atendimento dessas necessidades. Além da construção do índice, é de suma importância a atualização desses valores tanto para refletir novas carências, que alteram de acordo com as dinâmicas da sociedade, quanto para a análise dos efeitos das políticas em relação à vida dos cidadãos.

As necessidades das famílias captadas pelo IMCF vêm diminuindo em Goiás, nos últimos cinco anos. No índice geral, o Estado expressa ligeira melhora entre os períodos de dezembro de 2018 e dezembro de 2022. Nesse período, de todos os 11 indicadores que compõem o índice, apenas dois apresentaram piora, sendo esses a coabitação e as famílias que recebem o PAB. Ao analisar o período mais curto (junho de 2022 e dezembro de 2022), também aparece o aumento da quantidade de famílias que dependem da renda informal para seu sustento.

